

CLIPPING IMPRESSO

19/09/2019



INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SERVIDOR PÚBLICO.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
2.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	4 - 5
2.3. DECISÕES.....	6 - 7
2.4. INSTITUCIONAL.....	8 - 10
2.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	11 - 12
3. JORNAL EXTRA	
3.1. DESEMBARGADOR.....	13 - 14
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. DECISÕES.....	15
4.2. INSTITUCIONAL.....	16
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. DECISÕES.....	17
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	18 - 19
6.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	20 - 21
6.3. DECISÕES.....	22



Assembleia aprova reajuste de 2,94% de salários servidores do Judiciário do Maranhão

PÁGINA 2

AL aprova reajuste de 2,94% de salários servidores do Judiciário

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, nesta terça-feira (17), o Projeto de Lei 018/2019, de iniciativa do Poder Judiciário, que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores efetivos e comissionados, com efeito retroativo tendo como referência o mês de janeiro deste ano.

Com a aprovação do Projeto de Lei – que segue agora para sanção do governador Flávio Dino – o presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, cumpre mais um compromisso de gestão, com a implementação de uma política institucional voltada para a valorização profissional dos servidores.

O desembargador Joaquim Figueiredo acompanhou de perto a tramitação do projeto no Poder Legislativo, fazendo visitas institucionais ao presidente da Assembleia, deputado Othelino Neto, e



Com voto unânime dos deputados, o plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na sessão desta terça-feira, 17

pedindo agilidade aos parlamentares na votação da matéria.

Ele disse que o projeto que concede reajuste de 2,94% aos salários dos servidores é de grande importância para o Poder Judiciário,

por beneficiar diretamente servidores da Justiça Estadual, que merecem ser valorizados pelo esforço e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições profissionais.

“Considero justo garantir esse reajuste aos servidores

da Justiça, que têm elevado o papel do Poder Judiciário do Maranhão na sua missão institucional, dando importante suporte nas demandas e garantindo um atendimento de qualidade à sociedade”, afirmou o presidente do TJMA.

Divulgação



José Gonçalo Filho vai compor a Corte Eleitoral a partir de outubro

José Gonçalo Filho comporá Corte Eleitoral do MA

Juiz foi eleito ontem, na sessão administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão como membro efetivo na categoria de juiz estadual na manhã desta quarta, 18 de setembro, na sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça do Estado.

Logo após ser eleito, com 19 votos dos 28 desembargadores presentes, o magistrado declarou à Rádio Web Justiça do TJMA que é a primeira vez que integrará a Corte Eleitoral, apesar de já ter atuado como auxiliar da presidência por um tempo. Relatou ainda estar agradecido pela confiança dos que votaram nele e que pretende somar com trabalho aos que já estão no órgão.

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu devido ao encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19. Con-

**José Gonçalo Filho
concorreu com
mais quatro juízes**

**Vaga aberta na
Corte Eleitoral é do
juiz Itaércio da Silva**

correram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

Composição

A Corte Eleitoral do Maranhão é composta por 7 membros, sendo 2 desembargadores do Tribunal de Justiça, 1 juiz federal, 2 juízes estaduais e 2 advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral nomeados pelo presidente da República, antes indicados em lista tríplice pelo Tribunal de Justiça. ●

Tribunal de Justiça

**Fórum
Nacional de
Mediação e
Conciliação
começa hoje**

GERAL 11

Fórum Nacional de Mediação e Conciliação será aberto nesta quinta

O evento, que acontece hoje, 19, e amanhã, 20, é realizado em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Núcleo de Solução de Conflitos

O poder público e a solução adequada dos conflitos será tema do IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), que será realizado hoje, 19, e amanhã, 20, em São Luís. A abertura oficial acontecerá, às 9h, na Assembleia Legislativa do Estado (Auditório Fernando Falcão, Cohafuma). A iniciativa é promovida em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA).

O evento reunirá ministros, senador, desembargadores, juízes e representantes de instituições parceiras de todo o país, como Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Governo, Defensoria e Tribunal de Contas. O objetivo é promover discussões, intercâmbio de experiências e levantar boas práticas, com vistas ao aprimoramento dos métodos consensuais de solução de conflitos.

Presidente do Fonamec, o juiz maranhense Alexandre Abreu (coordenador do Nupemec/TJMA), ressalta a importância da iniciativa para o fortalecimento da política pública estadual e nacional de tratamento adequado de conflitos no setor público.



Divulgação

Fórum Nacional de Mediação e Conciliação ocorrerá em 2 dias

“Esse será um momento bastante oportuno para ouvirmos os gestores de política pública de tratamento de conflitos, estudiosos, legisladores, representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e, juntos, discutirmos meios alternativos de solução de demandas. No atual contexto de significativas mudanças sociais e institucionais, acreditamos que esse é o caminho certo para avançarmos no tratamento dessas questões de interesse público”, pontuou.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, de-

sembargador José Luiz Almeida, enfatiza a relevância de o Maranhão receber, pela primeira vez, um evento na área de conciliação do porte do Fonamec. “É bastante gratificante podermos pautar, mais uma vez, questões atinentes à solução alternativa de conflitos e, desta vez, em âmbito nacional, reunindo representantes de todo o país, aqui em São Luís. Eventos dessa natureza contribuem para sedimentarmos junto à sociedade a cultura da conciliação e da mediação”, frisou, garantindo apoio incondicional do Núcleo ao evento.

Programação

Com programação bastante diversificada – debates, reuniões e palestras –, o evento tratará de assuntos como resolução alternativa de demandas de saúde; uso da tecnologia para a solução de conflitos, com êxito na renegociação de débitos fiscais; interesses difusos e coletivos (meio ambiente, saúde, educação, segurança); dívidas públicas, contratos de obras, práticas restaurativas. Os temas serão apresentados por especialistas e aplicadores das soluções adequadas de conflitos, tais como desembargadores, promotores de Justiça, ministros, senador e juízes.

A palestra de abertura será ministrada pelo conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Henrique de Almeida Ávila, que falará sobre “O Poder Público e o Uso dos Meios Adequados de Solução de Conflitos”.

Também participarão da programação como palestrantes: o senador Antônio Anastasia; os ministros Reynaldo Fonseca e Marco Aurélio Buzzi, ambos do Superior Tribunal de Justiça (STJ).●

Integra em oestadoma.com/472800

Tribunal de Justiça solta Carlos Diego

Ele, que havia sido condenado a 11 anos pela morte de uma criança, foi beneficiado com habeas corpus

O auxiliar administrativo Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos, desde ontem está em liberdade por determinação judicial. Ele foi condenado no dia 14 do mês passado a 11 anos e um mês de prisão pela morte Laura Burnett Marão e por lesão grave em Felipe Burnett Marão, ambos de oito anos. Eles foram vítimas de um acidente de trânsito ocorrido no dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, no bairro do Bequimão.

A defesa de Carlo Almeida impetrou um habeas corpus no Tribunal de Justiça alegando que o réu é primário e tem bons antecedentes criminais, re-

sidência fixa e ocupação lícita. ●

Íntegra em [o estadoma.com/472830](http://oestadoma.com/472830)

NA WEB

Dupla é presa por fraude em clínica em Santa Inês

oestadoma.com/472831

Foragidos da Justiça são presos no interior

oestadoma.com/472833

PH**PERGENTINO
HOLANDA**ph@mirante.com.br
@holandaph**DE
RELANCE****José Gonçalo no TRE-MA**

Na Sessão Plenária Administrativa realizada ontem, no Tribunal de Justiça do Estado, o juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual até 2021. A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira. Concorreram ainda os juizes Luiz de Franca Belchior Silva, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

EDITORIAL

Em defesa da terceira idade

Uma audiência pública realizada esta semana, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB/MA), abriu caminho para a adoção de políticas públicas que atendam verdadeiramente às necessidades da população idosa de São Luís. De iniciativa do vereador Marcial Lima, a discussão envolveu diversos atores e segmentos da sociedade, entre representantes do poder público, de entidades e instituições que atuam na defesa dos direitos da terceira idade e dezenas de idosos, que fizeram questão de acompanhar de perto as discussões.

Participaram da audiência membros do Ministério Público Estadual, da própria OAB/MA (comissões de Direitos Difusos e Coletivos e de Defesa dos Direitos dos Idosos), Poder Judiciário, conselhos que atuam em defesa das pessoas idosas, Câmara Municipal de São Luís, Assembleia Legislativa, Centro de Atenção Integrada à Saúde do Idoso (CAISI), Serviço Social do Comércio (Sesc), usuários e funcionários do Caisi, colaboradores e representantes de outros segmentos da sociedade.

A audiência proposta por Marcial Lima gerou ampla mobilização e repercutiu positivamente na capital. Todos os envolvidos na questão classificaram o gesto do vereador como um ato de dignidade e respeito ao próximo, além de uma demonstração inequívoca de compromisso com o mandato conquistado com o voto popular. O foco central dos debates foi a assistência prestada pelo Caisi, serviço mantido pela Prefeitura de

São Luís, localizado no bairro Filipinho, e que atualmente precisa de múltiplas melhorias.

Marcial decidiu apresentar requerimento na Câmara Municipal solicitando a realização da audiência pública após uma visita técnica que fez ao Caisi, em 22 de agosto deste ano, na companhia dos promotores Augusto Cutrim (Defesa do Idoso) e Esdras Soares. Na ocasião, o vereador e os membros do MP foram recepcionados pela direção do centro, que não impôs qualquer obstáculo à inspeção. Ao término da visita, a constatação de uma série de deficiências no atendimento, que reduzem as chances dos anciãos de ter qualidade de vida justamente na faixa etária em que o ser humano precisa de mais cuidados.

O sentimento geral foi de plena satisfação. Os participantes consideraram a audiência pública extremamente produtiva e ressaltaram a importância da iniciativa como forma de valorizar um segmento que já colaborou tanto e que merece respeito e consideração. Todos se comprometeram em apoiar a luta em defesa dos direitos dos idosos, enfatizando que trata-se de um movimento que abrange toda a coletividade.

Ao prestar serviço tão relevante, Marcial Lima e todos os parceiros envolvidos deram uma lição de cidadania. A repercussão positiva da audiência pública é um exemplo claro e presente de que a melhoria do Caisi interessa a todos, sobretudo às camadas mais populares, que representam a maioria da população e necessitam de toda a assistência possível.

Ao prestar serviço tão relevante, Marcial Lima e os parceiros deram uma lição de cidadania



Corte Eleitoral

Para quem não sabe, a Corte Eleitoral do Maranhão é composta por sete Membros (Constituição Federal, art. 120, §1º e Resolução TSE n.º 21.461/2003): dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça; um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região; dois Juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, indicados pelo Tribunal de Justiça.

ESTADO MAIOR

Adiado

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com pedido no Tribunal de Justiça para que o processo sobre a readequação salarial de 21,7% para servidores públicos fosse retirado de pauta.

A solicitação foi aceita pelo relator do processo, desembargador José de Ribamar Castro, e a questão não será mais julgada amanhã, conforme estava previsto.

Com isso, os funcionários públicos terão que esperar mais um tempo para que o Tribunal de Justiça se posicione quanto aos 21,7%.

TJ adia julgamento dos 21,7% para servidores públicos

Processo seria julgado pelas Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do MA

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com recurso pedindo o adiamento da análise da ação que julgaria a readequação salarial de 21,7% para servidores públicos do Estado.

O processo seria analisado pelas Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na sessão de hoje, no entanto, o desembargador José de Ribamar Castro acatou pedido da PGE e o julgamento foi adiado.

O Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais chegou a convocar os funcionários para fazer pressão no Tribunal de Justiça.

Cleinaldo Bil Lopes, presidente do Sintsep, diz que tem havido lobby do Governo do Estado pela derubada definitiva do reajuste - já suspenso por liminar do relator do caso, desembargador José de Ribamar Castro -, mas acredita na independência dos magistrados pelo indeferimento da rescisória.

“Mesmo com o lobby do Governo do Estado junto ao TJMA, acreditamos que o Tribunal de Justiça é autônomo e vai julgar com imparcialidade, até porque o Novo Código de Processo Civil assegura que, para entrar com uma Ação Rescisória, após o julgamento de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o que aconteceu em 2017, ela tem que possuir

MAIS

Readequação salarial

O reajuste de 21,7% foi dado, via decisões judiciais, a servidores estaduais não alcançados pela Lei nº 8.369/2006, que dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores do Estado e que garantia 30% a mais nos salários dos servidores de nível superior, mas apenas 8,3% aos de nível médio. A lei foi considerada inconstitucional pelo TJMA, que determinou, em ações isoladas protocoladas por sindicatos e trabalhadores, a implantação da diferença nos salários.

fato novo. Os argumentos que estão sendo usados, neste momento, pelo Governo do Estado são os mesmos usados no julgamento do IRDR. Por isso, acreditamos que a Justiça vai prevalecer e o Tribunal de Justiça do Maranhão vai dar, mais uma vez, uma demonstração de que é independente e autônomo”, declarou ●

São Luís sedia o II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão

PÁGINA 6

São Luís sedia o II Congresso de Notários e Registradores do MA

Reconhecido como um dos mais importantes eventos destinados a classe cartorária do estado, o II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão será realizado neste ano, no período de 27 e 28 de setembro, no Rio Poty Hotel, no bairro da Ponta d'Areia em São Luís.

Promovido pela Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), o congresso tem como intuito promover e fortalecer discussões sobre os principais temas que envolvam os notários e registradores nos últimos tempos, além de abrir espaço para a troca de conhecimentos com grandes nomes da área notarial e registral do país.

Para Thiago Estrela, presidente da Associação dos Titulares de Cartórios do Maranhão (ATC/MA), o II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão é mais uma oportunidade dos titulares de cartórios do estado e colaboradores aprofundarem seus conhecimentos na área e também se confraternizarem. "O Congresso tem como principal objetivo promover o encontro desses profissionais, além de proporcionar a eles aprendizados e a troca de conhecimentos com nomes renomados da área cartorária", afirmou.

No primeiro dia (27), os participantes terão a oportunidade de presenciar palestras de nomes renomados como dos desembargadores Ricardo Dip, Marcelo Carvalho e Fábio Dalla Vecchia e da tabeliã, Graziella Guerra. Já no segundo dia do



Congresso (28), os presentes poderão participar de minicursos com temas como Georreferenciamento, Princípios do Registro de Imóveis, Regularização Fundiária e Prática Notarial em Direito de Família e das Sucessões, com grandes nomes como o Desembargador Vicente Amadei, o Oficial de Registro de Imóveis, Marcelo Cavalli e do tabelião Gustavo Dal Molin. Os minicursos poderão ser escolhidos no ato da inscrição do evento, mas caso o participante já tenha feito a inscrição e não tenha escolhido o minicurso, pode fazer o login no site novamente e escolher.

Além das palestras e minicursos, os participantes do evento também vão poder conferir a exposição "Registros Públicos no Brasil: uma narrativa histórica", que ficará exposta, nos dois dias de evento, no hall no Rio Poty Hotel. Segundo a historiadora carioca, Mariana Tavares, a exposição vai se dedicar

a pensar as origens históricas dos registros públicos no Brasil desde o período colonial, passando as diferentes fases da História Brasileira. "Essa exposição é extremamente importante para o conhecimento da própria história nacional. Através dela, os participantes poderão reconhecer as diferentes formas de registros públicos, considerando os distintos momentos do estado no Brasil e os seus processos de laicização", frisou.

Os participantes do II Congresso de Notários e Registradores do Maranhão vão acompanhar esta "viagem ao passado" e se depararão com o histórico dos Registros Públicos mesclados com a formação do estado

do Maranhão, especialmente durante o período escravagista. Serão expostos cerca de 20 documentos textuais sobre a escravidão no Maranhão, com a colaboração do Cartório de Ofício Único de Alcântara, além de livros, máquinas de escrever, telefones da época, tudo para ilustrar a trajetória maranhense dos registros públicos.

Além de adquirirem conhecimento nesses dois dias de evento, os participantes também terão a oportunidade de fazer uma boa ação. No ato do credenciamento serão recebidos brinquedos ou livros infantis para serem doados para instituições que cuidam de crianças carentes na capital maranhense.

Então não perca tempo e inscreva-se já. As vagas são limitadas e para fazer parte deste grande evento, basta acessar o site eventos.atcma.com.br e se inscrever. As inscrições são gratuitas.

CASO LAURA BURNETT

Habeas corpus para Carlos Diego

Carlos Diego havia sido condenado a 11 anos e um mês de reclusão em regime fechado pela morte da menina Laura Burnett Maranhão, de 8 anos, em abril de 2015

OIMPARCIAL.COM.BR

SAULO DUAILIBE

A Justiça do Maranhão concedeu habeas corpus para Carlos Diego Araújo Almeida, de 25 anos. Ele havia sido condenado a 11 anos e um mês de reclusão em regime fechado, pela morte da menina Laura Burnett Maranhão, de 8 anos. Além da morte da criança, Diego também foi condenado pela lesão grave de Felipe Burnett Maranhão, de 8 anos.

As duas crianças foram vítimas de um acidente de trânsito, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, nas proximidades de uma localidade conhecida como Roque Santeiro, no bairro do Bequimão.

O desembargador Vicente de Castro acabou deferindo a solicitação da defesa de Diego, na última terça-feira (17).

Comparecer na Justiça

Por outro lado, Carlos Diego deverá comparecer a cada 30 dias ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para justificar suas atividades laborais, proibido de manter contatos com as testemunhas do processo judicial, como ainda não pode de ausentar do estado por um período acima de 15 dias.

Relembre o caso

O acidente que vitimou Laura Maranhão aconteceu quando ela, em companhia do pai e de dois irmãos, estava indo buscar a mãe no aeroporto.



CARLOS DIEGO FOI CONDENADO A 11 ANOS DE CADEIA EM JULGAMENTO EM AGOSTO

O veículo estava parado no sinal vermelho, na Avenida Jerônimo de Albuquerque, próximo ao retorno do Bequimão, quando foi atingido em cheio por outro veículo conduzido por Carlos Diego Araújo Almeida, na época com 22 anos.

Na época, a Secretaria Estadual da Segurança Pública (SSP) disse que o

motorista perdeu o controle do veículo ao dirigir sob efeito de álcool.

Carlos Diego Araújo Almeida ainda foi conduzido ao Plantão Central do Cohatrac, onde se recusou a fazer o teste do bafômetro, mas confessou a ingestão de bebida alcoólica. Depois de ser autuado em flagrante, pagou fiança e foi liberado.

AGROPECUÁRIA

Associação consegue apoio para Expoema

DIVULGAÇÃO



REALIZADORES SE ENCONTRAM COM POLÍTICOS DA CAPITAL

A Associação dos Criadores do Estado do Maranhão (Ascem) realizará, no período de 20 a 27 de outubro, a 61ª edição da Expoema. O evento tem recebido o apoio de diversas instituições e este ano terá como foco a produção de conhecimento, com inclusão social e geração de oportunidades de negócios.

“Além de ser a mais tradicional feira agropecuária do Maranhão, a Expoema tem a tradição de ser um evento da família maranhense, e queremos que seja também um espaço de produção de conhecimento, de inovação, de tecnologia e de inclusão social. É com esse foco que estamos buscando o apoio de diversas instituições e finalizando a montagem da programação que vamos apresentar à população até o final deste mês”, destaca o presidente da Ascem, Ivaldeci Mendonça.

Além do Governo do Estado, da Prefeitura de São Luís e do Porto do Itaqui, a Associação dos Criadores já conta com o apoio da Câmara de São Luís, da Assembleia Legislativa do Maranhão, da Federação dos Municípios do Maranhão e do Tribunal de Justiça. Nos últimos dias, Ivaldeci Mendonça teve encontros com representantes dessas instituições para estabelecer parcerias para a realização da Expoema 2019.

“É uma feira que gera negócios, empregos e renda em São Luís. Incentivar a sua realização é uma ação importante que contribui para fomentar os setores da agricultura e da pecuária, impulsionando a economia da cidade e do Maranhão”, declarou o presidente da Câmara de São Luís, Osmar Filho.

Na Assembleia Legislativa, a Ascem também recebeu o apoio do presidente da Casa, Othelino Neto, e dos deputados Neto Evangelista e Vinícius Louro. “Não podemos permitir que um evento tão importante para a agropecuária perca força em nosso estado”, declarou Vinícius Louro, após o encontro com representantes da Associação dos Criadores.

Juiz eleito para compor o TRE-MA até 2021

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (18).

"É a primeira vez que integrarei a Corte Eleitoral. Fico agradecido pela confiança dos desembargadores e pretendo somar com trabalho aos que já estão lá", declarou o magistrado logo após eleito, com 19 votos. O juiz já autou como juiz-auxiliar da Presidência do TRE-MA.

A eleição para a vaga de

membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itáércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19 de setembro. Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

COMPOSIÇÃO

A Corte Eleitoral do Maranhão é composto por sete Membros (Constituição Federal, art. 120, §1º e Resolução TSE n.º 21.461/2003): dois Juízes dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça; dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribu-

Ribamar Pinheiro



José Gonçalo de Sousa Filho concorreu à vaga de membro titular e foi eleito com 19 votos

nal de Justiça; um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região; dois Juízes dentre seis advogados de notável saber

jurídico e idoneidade moral, por nomeação do Presidente da República, indicados pelo Tribunal de Justiça.

(Asscom-TJMA)

Rapidinhas

- O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual. A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada ontem (18).

Informe JP

Reforço no TRE-MA

O juiz titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, José Gonçalo de Sousa Filho, foi eleito para compor a Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) como membro titular na categoria de juiz estadual.

A votação ocorreu na Sessão Plenária Administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada nesta quarta-feira (18).

A eleição para a vaga de membro titular na categoria juiz ocorreu com o encerramento do 1º biênio do juiz Itaércio Paulino da Silva, que se dará nesta quinta-feira, 19 de setembro.

Concorreram ainda os juízes Luiz de Franca Belchior Silva (8 votos), Joseane de Jesus Corrêa Bezerra (1 voto), Antonio Luiz de Almeida Silva e Mário Márcio de Almeida Sousa.

Fórum Nacional de Mediação e Conciliação será aberto em São Luís

O Poder Público e a solução adequada dos conflitos será tema do IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (Fonamec), que será realizado nos dias 19 e 20 de setembro, em São Luís. A abertura oficial acontecerá nesta quinta-feira (19), às 9h, na Assembleia Legislativa. A iniciativa é promovida em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA).

O evento reunirá ministros, senador, desembargadores, juízes e representantes de instituições parceiras de todo o país, como Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Governo, Defensoria e Tribunal de Contas. O objetivo é promover discussões, intercâmbio de experiências e levantar boas práticas, com vistas ao aprimoramento dos métodos

consensuais de solução de conflitos.

Presidente do Fonamec, o juiz maranhense Alexandre Abreu (coordenador do Nupemec/TJMA) ressalta a importância da iniciativa para o fortalecimento da política pública estadual e nacional de tratamento adequado de conflitos no setor público. “Esse será um momento oportuno para ouvirmos os gestores de política pública de tratamento de conflitos, estudiosos, legisladores, representantes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, e, juntos, discutirmos meios alternativos de solução de demandas. No atual contexto de significativas mudanças sociais e institucionais, acreditamos que esse é o caminho certo para avançarmos no tratamento dessas questões de interesse público”, pontuou.



Fórum

O Poder Público e a solução adequada dos conflitos será tema do IX Fórum Nacional de Mediação e Conciliação (FONAMEC), que será realizado nos dias 19 e 20 de setembro, em São Luís. A abertura oficial acontecerá nesta quinta-feira, às 9h, na Assembleia Legislativa do Estado (Auditório Fernando Falcão, Cohafuma). A iniciativa é promovida em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão por meio do Núcleo de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA). O evento reunirá ministros, senador, desembargadores, juízes e representantes de instituições parceiras de todo o país, como Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Governo, Defensoria e Tribunal de Contas. O objetivo é promover discussões, intercâmbio de experiências e levantar boas práticas, com vistas ao aprimoramento dos métodos consensuais de solução de conflitos.

Justiça garante liberdade a condenado pela morte da menina Laura Marão

DIVULGAÇÃO

Condenado a 11 anos e um mês de prisão pela morte de Laura Burnett Marão e lesão grave de Felipe Burnett Marão, em um acidente de trânsito ocorrido em abril de 2015, no Bequimão, em São Luís, Carlos Diego Araújo Almeida conseguiu um habeas corpus da Justiça do Maranhão. A decisão pela liberdade de Carlos Diego foi do desembargador Vicente de Castro. O auxiliar administrativo foi julgado no último dia 11 de setembro e, conforme a sentença, a pena deveria ser cumprida inicialmente em regime fechado, ou seja, sem a possibilidade de recorrer em liberdade.

Agora, com a nova decisão da Justiça, ele terá que comparecer ao Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís, a cada 30 dias, e não pode sair do estado por mais de 15 dias. Também é proibido de manter contato com testemunhas



Submetido a júri popular, Carlos Diego foi condenado a mais de 11 anos de prisão

ligadas ao caso. O desembargador relatou na decisão que, em razão de Diego ser réu primário, possuir bons

antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, ele possui condições favoráveis para recorrer em liberdade.

ENTENDA O CASO

O carro dirigido por Carlos Diego Araújo Almeida bateu na traseira do veículo no qual estavam os dois irmãos e o pai, na madrugada do dia 26 de abril de 2015, na Avenida Jerônimo de Albuquerque. Laura Burnett Marão sofreu traumatismo craniano e morreu quatro dias depois do acidente. O irmão dela também ficou ferido.

Além do carro das vítimas, Carlos Diego colidiu em outros dois carros, que estavam parados devido ao sinal vermelho. Na ocasião, ele foi encaminhado ao Plantão Central do Cohatrac, mas pagou fiança de R\$ 800 e foi liberado. **(AIDÊ ROCHA, ESPECIAL PARA O JP)**